



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1020041-97.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Daniel Dourado de Souza e outros**  
 Embargado: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Os embargantes Pullover Suplementos Alimentares EPP, Daniel Dourado de Souza e Phillippe Hildebrand opuseram os presentes embargos à execução que lhes promove o embargado Banco Bradesco SA, alegando, em síntese: a) inconstitucionalidade da Lei 10.931/2004; b) falta de comprovação dos valores devidos; c) que a planilha de débito é ininteligível; d) ausência de demonstrativo de débito atualizado até a data da propositura da ação; e) ausência de extratos bancários; f) falta de interesse de agir; g) falta de liquidez, certeza e exigibilidade; h) aplicação do Código de Defesa do Consumidor; i) Excesso de Execução.

Os embargos não foram recebidos no efeito suspensivo (folhas 130).

Agravo de instrumento de folhas 136/139.

O embargado, em impugnação de folhas 158/168, pede a rejeição dos embargos porque a cédula de crédito bancário é título líquido, certo e exigível, devendo-se aplicar o princípio *pacta sunt servanda*, já que não há qualquer irregularidade a ser declarada.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, porque desnecessária dilação probatória, eis que os fatos se referem a matéria de direito e serão analisados à luz da jurisprudência.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em meu sentir, a prova pericial é desnecessária, porque não se alega que a ré está cobrando valor a mais do foi contratado.

Ressalvo, desde já, que a não realização da prova técnica, nos termos da jurisprudência dominante e atual, não configura cerceamento de defesa.

**Nesse sentido:**

**1012218-83.2013.8.26.0100** Apelação

Relator(a): Lígia Araújo Bisogni

Comarca: São Paulo

Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 18/02/2014

Data de registro: 19/02/2014

Outros números: 10122188320138260100

**Ementa: “CERCEAMENTO DE DEFESA Inocorrência Provas dos autos aptas ao julgamento da causa Cumprimento pelo Magistrado de sua obrigação de solucionar rapidamente o litígio Inteligência dos arts. 125, inciso II, e 130, do CPC Preliminar rejeitada. DECADÊNCIA Art. 26 do CDC Matéria ventilada nos autos que não condiz com vício aparente ou de fácil constatação Preliminar rejeitada. REVISIONAL Cédula de Crédito Bancário Legalidade de condições contratuais praticadas pelo Sistema Financeiro e admitidas pela jurisprudência Desnecessária autorização do Conselho Monetário Nacional para cobrança de juros acima de 12% ao ano Capitalização de juros Possibilidade, desde que pactuada Art. 28, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 10.931/04 Capitalização de juros devidamente contratada Pagamento do valor mutuado que foi, desde a assinatura do contrato, ajustado em parcelas fixas Precedentes do STJ, em Recurso Repetitivo Art. 543-C, do CPC Comissão de permanência que não poderá ultrapassar a soma dos juros remuneratórios mais moratórios, salvo se a taxa contratada for mais vantajosa para o mutuário Súmula 472 do C. STJ Contratado entabulado entre as partes que previu a cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos, o que é ilegal Recurso provido, em parte.”**

No mais, não se aplicam ao presente caso as disposições do Código de Defesa do Consumidor, posto que o crédito foi liberado à pessoa jurídica Pullover Suplementos Alimentares EPP para fomentar sua atividade empresarial, tendo os demais embargantes como devedores solidários.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Afasto a alegação de falta de interesse de agir, posto que é matéria de mérito.

No mérito, não há que se falar em inconstitucionalidade da Lei 10.931/2004 porque enquanto o Supremo Tribunal Federal não declarar inconstitucional o artigo 28, da Lei nº 10.931/04, que instituiu a cédula bancária, como título executivo extrajudicial, presume-se a sua constitucionalidade.

**Nesse sentido:**

EMBARGOS. Execução. Cédula de crédito bancário. Título executivo extrajudicial. Lei nº 10.931/04. Constitucionalidade. Juros. Capitalização. Comissão de permanência. Julgamento ultra petita. 1. A cédula de crédito bancário regida pela Lei nº 10.931/04 é título executivo extrajudicial (Súmula 14, do E.TJSP e Recurso Especial Repetitivo nº 1291575/PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão). **2. Embora a Lei nº 10.931/04 trate de diversas matérias, isto, de per si, não acarreta, data venia, a sua inconstitucionalidade, eis que o art. 18, da Lei Complementar nº 95/98, esclarece que a inexistência formal da norma não autoriza seu descumprimento. Ademais, enquanto o Supremo Tribunal Federal não declarar inconstitucional o art. 28, da Lei nº 10.931/04, que instituiu a cédula bancária, como título executivo extrajudicial, presume-se a sua constitucionalidade.** 3. A exegese do art. 28, § 1º, item "I", da Lei nº 10.931/04 permite concluir pela possibilidade de capitalização mensal, nesta espécie de título, deste que pactuada. 4. Ademais, admite-se a capitalização de juros em contratos firmados posteriormente a edição das Medidas Provisórias nº 1.963/2000 e 2.170/2001, com previsão expressa dos juros mensais e anuais contratados – como ocorreu, in casu (Recurso Especial Repetitivo nº 973.827 - RS - 2007/0179072-3). 5. É necessário observar que a MMª juíza sentenciante, ao ponderar que é possível a cobrança cumulada de comissão de permanência com outros encargos, proferiu julgamento ultra petita. Dessa forma, por ser referido vício matéria de ordem pública, é necessário, nesta sede, decotar da r. sentença a parte em que a nobre magistrada julgou mais que o pedido. Recurso não provido, com observação. (Relator(a): William Marinho; Comarca: Santo André; Órgão julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 13/05/2015; Data de registro: 19/05/2015).

Por outro lado, os embargantes alegaram excesso de execução, todavia, não apresentaram o demonstrativo de débito apontando o valor que entendem devido, descumprindo o disposto no § 5º, do artigo 739-A do Código de Processo Civil, razão pela qual deixo de conhecer desse fundamento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De outra banda, não há falar-se em falta de liquidez, certeza e exigibilidade, tendo em vista que o embargado instruiu a inicial da execução com a cédula de crédito bancário e com o demonstrativo do débito (**confira folhas 69/74 e folhas 75/77**).

O demonstrativo de débito de folhas 75 é claro, apresentando o valor das parcelas devidas, a correção monetária, os juros moratórios e a multa, previstos na cédula de crédito bancário, atualizado até o mês imediatamente anterior ao da propositura da ação, não havendo qualquer irregularidade a ser declarada, razão pela qual afasto a alegação de falta de comprovação dos valores devidos, de ausência de demonstrativo do débito atualizada até a data da propositura da ação e de que a planilha é ininteligível.

Por fim, não há qualquer imposição legal de apresentação de extratos, uma vez que a cédula de crédito bancário acompanhada do respectivo demonstrativo do débito é título executivo judicial.

Diante do exposto, rejeito os presentes embargos, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbentes, condeno os embargantes no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da causa, ante a ausência de complexidade, com a atualização monetária a partir da distribuição e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

Diante do agravo de instrumento interposto, oficie-se ao Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo comunicando o julgamento do feito.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de março de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**